

A SOBERANIA ALIMENTAR SOBREVIVE Á ATUAL QUESTÃO AGRÁRIA?

DOES FOOD SOVEREIGNTY SURVIVE THE CURRENT AGRARIAN ISSUE?

Thais Bordenowsky da Silva¹

Antônio Marcio Haliski²

Resumo

Neste texto realizar-se-á uma breve introdução ao debate sobre soberania alimentar e a questão agrária. O objetivo é mostrar que os números relacionados a produção no campo evidenciam que a soberania alimentar é condição intrínseca da agricultura familiar, ou seja, desenvolve-se com ela. Isso contraria as análises pautadas em números como do Produto Interno Bruto (PIB) de países ou regiões, pois são genéricos e englobam a produção do agronegócio que acaba diminuindo a importância da produção em pequena escala. Para tanto, se faz necessário uma exposição da situação produtiva e números de produção para que posteriormente se evidencie a relevância da agricultura familiar. Ao final aponta-se que necessariamente o caminho da segurança alimentar está, dentre outros fatores, na promoção de políticas públicas e práticas de pesquisa e extensão sobre o mundo rural.

Palavras-chave: soberania, rural, políticas públicas

Abstract: In this text a brief introduction will be made to the debate on food sovereignty and the agrarian question. The objective is to show that the numbers related to production in the field show that food sovereignty is an intrinsic condition of family agriculture, that is, it develops with it. This is contrary to analyzes based on numbers such as the Gross Domestic Product (GDP) of countries or regions, since they are generic and encompass the production of agribusiness that ends up diminishing the importance of small-scale production. In order to do so, it is necessary to show the production situation and production numbers so that the relevance of family agriculture can be evidenced. In the end, it is pointed out that, necessarily, the way of food security is, among other factors, the promotion of public policies and practices of research and extension on the rural world.

Keywords: sovereignty, rural, public policies

¹ Mestranda do Instituto Federal do Paraná (IFPR), PR – Brasil. E-mail: thabordenowsky@gmail.com

² Professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR), PR – Brasil. Email: antonio.haliski@ifpr.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Conforme a Declaração do Fórum Mundial de Soberania Alimentar (2001), Soberania alimentar é o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e diversidade dos modos campeiros, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas a um território.

A agricultura familiar está entre os principais modelos sócio produtivos em relação ao desenvolvimento rural: a agricultura familiar é baseada em pequenas propriedades com produção diversificada, voltada prioritariamente ao mercado interno; o outro é o agronegócio que baseia-se em grandes propriedades de monocultura, com produção em larga escala, pouca mão de obra e uso intensivo de mecanização, irrigação e insumos industriais (adubos químicos, agrotóxicos e sementes transgênicas).

A agricultura familiar vem ao encontro de um segmento sócio produtivo que visa a promoção da segurança alimentar, promoção de políticas e programas de apoio a suas atividades produtivas e demandas sociais. Sendo assim, nossa questão é se a soberania alimentar e em especial a agricultura familiar é o elemento indutor da consolidação da segurança alimentar e nutricional (SAN) perante a questão agrária atual. É este o fio condutor deste artigo.

2. DESENVOLVIMENTO

A produção fundiária do Brasil é uma das mais concentradas do mundo, sendo que ao longo da história teve poucas alterações. Os dados do censo agropecuário de 2006 mostram que os estabelecimentos agropecuários acima de mil hectares manteve-se basicamente o mesmo nos últimos vinte anos. Esse grupo possui apenas 0,91% do total de unidades produtivas, mas reúne mais de 43% da área total. Já os estabelecimentos com menos de dez hectares representam mais de 47% do número total e ocupam apenas 2,7% da área (IBGE, 2006).

Outro ponto relevante é a distribuição desigual de terras, pois dos 4.367.902 agricultores familiares registrados no último censo agropecuário, 1.040.022 não são proprietários, ou seja, enquadram-se nas categorias de arrendatários, parceiros, posseiros e sem área, 1.840.734 são proprietários de estabelecimentos com área média inferior a cinco hectares. (ROCHA; CABRAL, 2016)

Por isso se diz que o agronegócio é uma das mais importantes fontes geradoras de riqueza do Brasil. Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o agronegócio brasileiro corresponde atualmente à 22% do PIB nacional, o que equivale a R\$918 bilhões. O Brasil se enquadra como maior exportador de café, açúcar, laranja e frango do mundo. Destaque ainda para as exportações de carnes bovina e suína. Entre maio de 2012 e abril de 2013, o país exportou US\$99,97 bilhões em produtos agropecuários, sendo que aproximadamente 79 bilhões são de origem vegetal. (LIMA, *et al*, 2017).

Logicamente estes dados se referem ao PIB e não a produção baseada na segurança alimentar, assim podemos afirmar que isso gera uma distorção sobre o que é mais relevante para o desenvolvimento de um país. Não é à toa que a chamada bancada ruralista tem grande impacto nas decisões do congresso nacional brasileiro, influenciando desde a regularização de terras indígenas, quilombolas etc, até reforma agrária.

Devido a estes dados o agronegócio brasileiro coloca o país entre as nações mais competitivas do mundo na produção de commodities

agroindustriais, com enorme potencial de expansão horizontal e vertical da oferta.

Entre os motivos citados desse grande potencial está a disponibilidade de terra. O Brasil tem hoje 62 milhões de hectares cultivados e, pelo menos, mais 90 milhões de hectares por cultivar, sem que isso represente entrar na Amazônia legal. É um dos países que apresenta um dos maiores espaços territoriais para crescer, uma fronteira agrícola por avançar e a segunda melhor tecnologia tropical do planeta, além de pessoas altamente competentes, interessadas em ficar na agricultura, ao contrário dos países desenvolvidos em que os jovens não querem se dedicar a essa atividade no campo. (LIMA, *et al*, 2017)

Dentre os altos índices produtivos citamos o espaço ocupado pelos transgênicos e os grandes debates prós e contras em torno da produção. Temos como exemplo o Paraná que embora o Estado continue pleiteando o status “livre de transgênicos” perante o governo da União e a comunidade internacional, e de estar realizando o trabalho de fiscalização e controle das sementes e grãos produzidos e comercializados em seu território, o Ministério da Agricultura não reconhece o status de território livre de transgênicos, tendo em vista o fato de que 675 produtores rurais paranaenses assinaram o termo de ajustamento de conduta para pleitear crédito junto às instituições financeiras.

Segundo o IPEA (2011) o Brasil é hoje o maior plantador de soja transgênica do mundo. O uso intensivo de agrotóxicos afeta diretamente o meio ambiente, gerando efeitos sobre culturas, contaminando solos, nascentes e aquíferos além da saúde da população, pois impactam diretamente na (In)segurança alimentar e nutricional e na perda da soberania alimentar da população. (BEZERRA, 2010)

Em contrapartida, de acordo com o estudo citado acima, a agricultura familiar constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes; responde por 35% do produto interno bruto nacional; e absorve 40% da população economicamente ativa do País.

Ainda segundo o Censo do IBGE, a agricultura familiar produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do

trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país.

A agricultura familiar possui, portanto, importância econômica vinculada ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros. Além de apresentar dinâmica e características distintas, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda, além de uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia.

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros pertencem a grupos familiares, são aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos.

Assim como no Brasil, mais de 80% das propriedades rurais do estado do Paraná são de estabelecimentos da agricultura familiar. Das 1.117.084 pessoas ocupadas no campo 70% estão nessas propriedades que, de acordo com os dados do último Censo Agropecuário do IBGE, chegam a 302.907 unidades.

A viabilidade econômica da agricultura familiar também é perceptível a partir de seu desempenho, já que também o valor bruto da produção por área total é consideravelmente superior ao da agricultura não familiar: 89%.

Enquanto a agricultura familiar gera um valor bruto da produção de R\$ 677,00/ha, a agricultura não familiar gera R\$ 358,00/ha (MDA, 2006).

A partir dessa visão observa-se que a maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros e produzida pelos agricultores familiares, colabora para necessidade de uma política agrícola voltada para o mercado interno, que tende ao aumento da demanda por alimentos, o que deve incluir também políticas de comercialização para a agricultura familiar.

Assim é necessário a construção e a institucionalização das políticas públicas para a agricultura familiar com base em um novo referencial orientado pela construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade, visando a agricultura familiar como meio de promover o acesso aos alimentos e um sistema agroalimentar mais equitativo.

De acordo com Schneider, Shiki e Belik (2010), entre as políticas públicas para a agricultura familiar podemos citar a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), elemento fundamental neste processo, abrindo uma *janela de oportunidades* e gerando aprendizados para a construção de novas ações. O PAA foi criado em 2003 visando articular a compra de produtos da agricultura familiar com ações de segurança alimentar (distribuição de alimentos) para a população em vulnerabilidade social.

O PAA desencadeou uma nova trajetória para os mercados institucionais e para a agricultura familiar, fortalecida em 2009 com mudança no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e a criação da Lei n. 11.947 que determinou que no mínimo 30% dos recursos federais para a alimentação escolar sejam destinados para a aquisição de alimentos da categoria social. (GRISA; SCHNEIDER, 2014). Além do PAA e PNAE, como estratégias de aumentar a disponibilidade interna de alimento podemos citar também a reforma agrária, incentivo à agricultura familiar através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, hortas comunitárias. Os restaurantes populares e bancos de alimentos são apontados como ferramentas de alcance dos princípios e diretrizes de segurança alimentar. Segundo Carvalho: a tendência econômica proporciona uma padronização universal da dieta alimentar ou dos tipos de alimentos a serem ofertados aos consumidores na maioria dos países do mundo, independentemente da sua história cultural e dos seus hábitos alimentares, um processo de forte rebatimento na promoção da soberania e da segurança alimentar dos povos. (CARVALHO, 2003, p. 96). Assim como Belik e Maluf quando afirmam:

A homogeneização dos hábitos de consumo, a desregulamentação dos mercados e a liberalização do comércio internacional recolocam a questão da segurança alimentar em novas bases (BELIK & MALUF, 2000, p. 234).

A respeito da insegurança alimentar, em 2009 a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostrou que 17,7 milhões de domicílios particulares no Brasil, o equivalente a 30,2% do total, se encontravam em algum grau de insegurança alimentar. Neles viviam cerca de 65,6 milhões de pessoas.

Segundo o IBGE (2010) do total de domicílios 5,0% (2,9 milhões) foram classificados como *IA grave*, restrição alimentar na qual para pelo menos uma pessoa foi reportada alguma experiência de fome no período investigado. Essa situação atingia 11,2 milhões de pessoas. A área rural apresentou índices de insegurança alimentar superiores aos da área urbana.

Enquanto 6,2% e 4,6% dos domicílios da área urbana tinham moradores em situação de *IA moderada e grave*, respectivamente, na área rural, as proporções foram de 8,6% e 7,0%. Nos domicílios particulares urbanos em *IA grave* viviam 5,3% da população urbana, enquanto nos rurais viviam 8,4% da população rural (IBGE, 2010, p. 35).

Sabe-se que as condições socioeconômicas precárias podem ser determinantes da insegurança alimentar e dos problemas nutricionais populacionais decorrentes de uma alimentação insuficiente do ponto de vista qualitativo e quantitativo.

A insegurança alimentar condiciona o surgimento de vários fatores que potencialmente afetam o bem-estar físico, mental e social das pessoas, mas é amplamente reconhecido que seus efeitos podem ser tanto de natureza nutricional como não nutricional, ou ambos, e que a insegurança alimentar pode provocar tanto carências nutricionais (desnutrição) quanto excesso de peso.

Assim, na comparação urbano-rural o pior indicador em termos de insegurança alimentar está no rural: a contradição aqui é que a produção dos alimentos possui percentual de domicílios em situação de insegurança alimentar maior se comparado ao meio urbano, isto é, o campo produz alimentos, mas a produção não chega de forma satisfatória até a mesa dos trabalhadores rurais.

O incentivo a monoculturas (fumo, soja, milho...) provoca uma situação de dependência do agricultor, visto que deve comprar o que antes produzia.

Embora o predomínio fundiário seja da agricultura patronal, que reflete a hegemonia econômica do agronegócio, contrasta com o predomínio demográfico da agricultura familiar (IPEA, 2011, p.281).

A agricultura familiar ainda é inviabilizada pelo predomínio do modelo distinto, que representa a continuidade da estrutura concentradora e produtora de misérias, fonte maior do desemprego rural, ou seja, do agronegócio monocultor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concentração fundiária está na raiz de vários problemas do campo e da cidade, como a pobreza e a desigualdade socioeconômica, para modificar esta cenário poderíamos citar princípios de soberania e a segurança alimentar dos brasileiros, uma visão através da distribuição da terra vinculada a implantação de novas políticas de desenvolvimento rural (KATUTA, 2017). Em contrapartida, o agronegócio se faz na lógica do mercado mundanizado, o país produz e exporta a comida que falta na mesa da maioria dos trabalhadores brasileiros.

Esta expansão produtiva vai na contramão da democratização do acesso à terra e de outras medidas urgentes e necessárias, como garantia da autonomia dos territórios das populações tradicionais, fortalecimento da agricultura familiar camponesa, a garantia do direito a água e o acesso aos recursos naturais, preservação da biodiversidade, produção de alimentos saudáveis e alcance da soberania alimentar.

A promoção da agricultura familiar camponesa representa tanto a promoção do acesso à alimentação adequada pelas famílias rurais, quanto à melhoria da contribuição dessas famílias para o provimento da sociedade por produtos agroalimentares em quantidade e qualidade necessárias.

Assim, a segurança alimentar dos brasileiros e a questão da nossa soberania são pontos intrínsecos a questão agrária atual e ainda constituem fortes argumentos na defesa da necessidade e da atualidade da reforma agrária.

É preciso reconhecer na agricultura familiar camponesa a sua função de garantir o abastecimento alimentar da população em quantidade e qualidade suficientes para o alcance da segurança alimentar de seu povo, estruturando o caminho para a soberania alimentar do País, e este reconhecimento deve-se

ser conferido através de reconstrução de políticas diferenciadas com ações específicas ao mundo rural camponês e não para o agronegócio exportador.

Sendo assim, procuramos evidenciar como, por um lado, os dados produtivos e que se refletem do PIB do nosso Brasil, influenciam até mesmo no imaginário social sobre o que é mais ou menos importante para o desenvolvimento de um país, ao passo que esta posição privilegia determinados grupos (vejamos a bancada ruralista) que se beneficiam de leis e benefícios que intensificam essa forma de produção e os impactos socioeconômicos atrelados a ela (degradação ambiental via monoculturas, desapropriações, exploração de terras indígenas e quilombolas etc.). Tudo isso em nome de um progresso que não sabemos ao certo o que vem a ser, salvo para os adeptos do neoliberalismo em vigência.

Por outro lado, vemos que a agricultura familiar continua sendo aquela responsável pela segurança alimentar no país, mesmo que tenhamos um processo de avanço de lógicas produtivas neoliberais em grande ascensão pelo campo brasileiro. Isso ficou evidente nos números de produção para o abastecimento interno. Mas também não significa que os nossos atores do mundo rural estão livres da insegurança alimentar, pois como dito, práticas produtivas como do fumo e soja ameaçam a policultura (fonte de renda e sobrevivência da agricultura familiar) e o equilíbrio ecológico do campo.

Portanto, entendemos que o campo e os atores do mundo rural devem ser (re)valorizados via pesquisas, práticas extensionistas e projetos voltados para à agricultura familiar (como o PAA) para que possamos melhorar nossos padrões alimentares e nutricionais. E respondendo à questão provocadora do título deste trabalho, entendemos que sim, a soberania alimentar sobrevive e sobreviverá aos ataques que historicamente os povos vem sofrendo, ou seja, de tentativas de mercantilização de tudo e negação da própria vida e, além disso, condições de nossa existência. A soberania alimentar faz parte da vida dos agricultores familiares e por isso resistirá.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4.ed. Porto Alegre; RS: Editora da UFRGS, 2004.

ANJOS, Luiz Antônio dos; BURLANDY, Luciene. Construção do conhecimento e formulação de políticas públicas no Brasil na área de segurança alimentar. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 19-22, jan. 2010. disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232010000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 mar. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000100003>.

BORSATTO, R. S. et al. Problemas agrários do litoral paranaense: abordagem histórica. *Scientia Agraria*, v. 8, n. 4, p. 421-430, 2007

CAMPOS C. S. S. CAMPOS R. Soberania alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales** [Internet]. 2007; v. XI, n. 245. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24568.htm>. Acesso em 06 nov. 2017.

COSTA, Islândia Bezerra da. **Nesta terra, em se plantando tudo dá? Política de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no meio rural paranaense, o caso do PAA**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande Do Norte, 2010.

FAO (2009). “Guide to Conducting a Right to Food Assessment”. Rome: FAO.

FAO (2009). “The Right to Food and Access to Justice: Examples at the national, regional and international levels”. Rome: FAO.

GIORDANI, Rubia Carla Formighieri et al. Modelos alimentares e arranjos produtivos no Vale do Ribeira Paranaense: um estudo sobre os princípios da soberania alimentar. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**,

Revista Mundi Sociais e Humanidades. Curitiba, PR, v. 3, n. 1, mar. 2018.

Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 156-179, dez. 2015. ISSN 1807-1384. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2015v12n2p156>> Acesso em: 01 mar. 2018. doi: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2015v12n2p156>.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista Econ. Sociol. Rural**, v. 52 supl. 1 Brasília 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032014000600007&script=sci_arttext . Acesso em: 04 nov. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - Segurança Alimentar: 2004. Rio de Janeiro: IBGE; 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Segurança Alimentar: 2009. Rio de Janeiro: IBGE; 2010.

_____. Boletim de Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise, Brasília, n. 17, fev. 2010^a

_____. Situação social brasileira 2007. Brasília, nov. 2008.

_____. Perspectiva da política social no Brasil. Brasília, dez. 2010e. Livro 8. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). Boletim de Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise, Brasília, n. 13, mar. 2007.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2010

MAURI, Gabriela De Nadai et al. Startups no agronegócio brasileiro: uma revisão sobre as potencialidades do setor. **Brazilian Journal of Production Engineering**. BJPE, v. 3, n. 1, p. 107-121, 2017. Disponível em: <

Revista Mundi Sociais e Humanidades. Curitiba, PR, v. 3, n. 1, mar. 2018.

http://www.periodicos.ufes.br/BJPE/article/view/v3n1_10> acesso em: 14 nov 2017

ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza; CABRAL, José Pedro Cabrera. ASPECTOS HISTÓRICOS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL. **PRODUÇÃO ACADÊMICA**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 75-86, nov. 2016. ISSN 2448-2757. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/article/view/2963>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

SCHNEIDER, S.; SHIKI, S.; BELIK, W. Rural development in Brazil: overcoming inequalities and building new markets. *Rivista di Economia Agraria*, 2011

Edição especial – Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade do IFPR

Editores – Cíntia de Souza Batista Tortato Rogério Baptistella